

EXPRESSÕES SÓCIO-CULTURAIS DA CRISE CAPITALISTA NA ATUALIDADE

Ivo Tonet*

Introdução

Toda forma de sociabilidade que entra em crise profunda tende a agravar enormemente os sofrimentos da humanidade. E até mesmo aqueles que se beneficiam de um sistema social em crise não deixam de ser atingidos por problemas de toda ordem.

É o que, a nosso ver, está acontecendo no presente momento. A humanidade está atravessando uma crise sem precedentes, que atinge todas as dimensões da vida. O que caracteriza essa crise e como ela se manifesta em várias dessas dimensões é o que procuraremos ver, embora de modo muito sucinto, ao longo desse texto.

Caracterizando a crise

Sabemos que é da natureza do capitalismo sofrer crises periódicas. Essas, a nosso ver, têm sua raiz nos problemas oriundos do processo de acumulação do capital. Gostaríamos de sublinhar isso enfaticamente para deixar claro que a matriz geradora da crise é sempre material e não espiritual. E, com isso, para opor-nos firmemente à idéia, muito difundida, de que o mundo está em crise por causa da perda dos “verdadeiros” valores tradicionais.

Não se trata de nenhum economicismo, ou seja, de afirmar que a causa direta e imediata de todos os problemas atuais da humanidade está na economia. Trata-se apenas de deixar claro que a raiz mais profunda da crise que o mundo vive hoje está nas relações que os homens estabelecem entre si na produção da riqueza material. Assegurado isso, também deve ser deixado bem claro que há uma relação de determinação recíproca entre essa raiz e as outras dimensões da realidade social. Do mesmo modo, também há uma influência recíproca entre todas as dimensões que compõem a totalidade social.

Contudo, a crise atual parece ter algo muito diferente das anteriores. Em primeiro lugar, porque se trata de uma crise global e não apenas de determinado local ou de algum setor específico. Em segundo lugar, porque, dada a completa mundialização do capital, este não tem mais como deslocar essa crise dos países centrais para os países periféricos. O mundo inteiro está, embora de forma diversa em locais diferentes, engolfado nela. Como resultado disso, essa crise atinge hoje as estruturas mais profundas da sociabilidade capitalista.

Mas, qual a exata natureza dos fundamentos materiais dessa crise? Sabemos que o que “interessa” ao capital é o maior aumento possível da taxa de lucro. É em função disso que se desenvolve toda a sua lógica. Quanto maiores forem os problemas relativos a essa taxa e quanto mais prolongada a existência desses problemas, tanto mais intensa e duradoura será essa crise. No enfrentamento dos problemas referentes ao rebaixamento da taxa de lucro, o capital recorre a todos os meios possíveis e imagináveis. É isto que deu origem, na atualidade, à chamada reestruturação produtiva e

* Professor do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas.

ao neoliberalismo. Esses se caracterizam, essencialmente, por profundas mudanças na forma da produção, com a precípua finalidade de retomar o aumento da taxa de lucro e pela afirmação, com todas as suas conseqüências, de que dever-se-ia deixar ao mercado a responsabilidade pelo equacionamento dos problemas da humanidade. O Estado não deixaria de ter importância, mas seu papel seria apenas subsidiário.

Para além da propaganda ideológica, sabe-se que, tanto a reformulação do processo produtivo, quanto as mudanças no papel do Estado tiveram a finalidade de permitir a retomada do aumento do lucro das classes dominantes, em especial daquelas dos países centrais.

Foi por volta de 1970 que essa crise irrompeu de forma mais acentuada, manifestando-se como uma crescente perda de dinheiro por parte dos capitalistas. Dada a situação concreta, o aumento da taxa de lucro só poderia ser obtido por meio de uma enorme intensificação da exploração dos trabalhadores. Essa intensificação, por sua vez, tanto poderia resultar do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), como da introdução de novas tecnologias e novas relações no trabalho (mais-valia relativa) ou, o que é mais comum, da combinação de ambos. Daí o surgimento do chamado “toyotismo” e sua articulação com a forma anterior da produção, chamada “fordismo”, a precarização e a terceirização no âmbito do trabalho, a erosão dos direitos trabalhistas e sociais, a desregulamentação da economia e todo o conjunto de privatizações. Tudo isso implicando, pela própria natureza do capitalismo, uma violentíssima guerra entre os capitalistas, com enormes e desastrosas conseqüências para os trabalhadores.

Todas as outras dimensões da vida humana – política, direito, ciência, filosofia, educação, arte, valores, religião, ecologia, psicologia, relações sociais, vida pessoal e familiar – são profundamente afetadas por essa crise nos fundamentos materiais da sociedade. E estas dimensões, por sua vez, retornam sobre a crise material estabelecendo-se um processo reflexivo em que todas elas interferem tanto na matriz como entre si.

Um dos aspectos mais centrais dessa crise parece-nos ser o fato da contradição entre a enorme potencialidade produtiva que existe hoje e a impossibilidade de realizar essa produção e colocá-la à disposição de toda a humanidade.

Com efeito, sabe-se que, hoje, a humanidade teria capacidade de produzir riqueza suficiente para atender as necessidades básicas de todos os habitantes desse planeta. No entanto, constata-se que a maioria da humanidade vive em situação de carência, que pode ir da miséria mais extrema à pobreza ou a um acesso precário a essa riqueza. Constata-se, também, por outro lado, uma crescente concentração da riqueza em poucas mãos.

O modo dominante de pensar costuma atribuir a impossibilidade de disseminação da riqueza por toda a sociedade a muitos motivos: falta de vontade política, falta de recursos, má administração dos recursos existentes, corrupção, incompetência, etc. Mas, não percebe – e não pode perceber por causa da perspectiva de classe que informa o seu conhecimento – que a causa fundamental está nas relações de produção fundadas na propriedade privada. O capitalismo necessita da escassez como um elemento vital para a sua reprodução. Uma produção abundante – tornada possível pela atual capacidade tecnológica – simplesmente assinaria a sentença de morte desse sistema social. Isso porque uma oferta abundante rebaixaria tanto os preços que os capitalistas simplesmente deixariam de ganhar dinheiro. O que, obviamente, não interessa a nenhum deles. Assim, o sistema capitalista tem que manter a escassez, mesmo que milhões de pessoas sofram as mais terríveis conseqüências, uma vez que o seu “objetivo” é a sua reprodução e não o atendimento das necessidades humanas.

Expressões sócio-culturais da crise

Antes de mais nada, convém esclarecer o que entendemos por social e cultural, já que esses termos não são unívocos. Do ponto de vista da ontologia do ser social – o pensamento de Marx entendido nesse sentido – não há nada que não seja social já que a distinção básica se dá entre ser natural e ser social. Desse modo, tudo que resulta da práxis humana é social. No interior do ser social distinguem-se dimensões diferentes (trabalho, política, direito, educação, arte, etc). O critério fundamental para a distinção entre essas diversas dimensões é sempre a função que cada uma delas exerce na reprodução do ser social.

Contudo, o título que nos foi proposto para o presente texto diz: “expressões sócio-culturais”. Entendemos então que, quando se faz referência a expressões sociais se está querendo apontar para determinadas manifestações da crise atual do capital que afetam grande número de pessoas e que se referem à vida material ou que, pelo menos, têm estreita conexão com essa materialidade. Em contraposição, quando se faz referência a expressões culturais se aponta para manifestações no âmbito da subjetividade, tais como atividades artísticas, de ciência, de filosofia, de comunicação, de valores, de comportamentos, de relações sociais.

Dito isso, é importante também esclarecer que não se deve pensar que há uma separação rígida entre essas diversas expressões, tanto materiais quanto espirituais porque, de fato, há um profundo imbricamento entre elas.

A consequência mais geral dessa crise, para a humanidade, é terrível. Com efeito, esse sistema social já não pode abrir perspectivas de realização superior para toda a sociedade. O que não quer dizer que ele não possibilite avanços. Contudo, esses avanços se limitam a alguns setores e os benefícios deles se restringem cada vez mais a segmentos muito restritos.

Dada a lógica intrínseca do capital – de produção coletiva, mas de apropriação privada da riqueza, – a construção de uma autêntica comunidade humana sob a sua regência é uma impossibilidade absoluta. Essa sua lógica o impulsiona a reproduzir-se numa direção cada vez mais perversa e desumana. Como demonstrou muito bem I. Mészáros, o capital é incontrolável. Isto significa que é impossível impor-lhe uma outra lógica que não seja a da sua própria auto-reprodução. Vale dizer, é impossível impor-lhe uma produção voltada para o valor de uso e não para o valor de troca. Desse modo, ele pode – em princípio – ser erradicado, mas não ser controlado. Pode ser erradicado porque, como tudo o que concerne ao ser social, ele também é resultado da atividade humana, ou seja, ele não é uma determinação natural. Em resumo, porque são os homens que fazem a história. Mas, não pode ser controlado, vale dizer, não é possível impor-lhe uma lógica que tenha como primeira preocupação o atendimento das necessidades humanas e não a produção para o lucro. Basta examinar a história do capitalismo para ver o acerto dessa afirmação. Nenhuma tentativa de controle até agora teve êxito, seja ela de tipo do Estado de Bem-Estar Social ou do tipo chamado de “socialista”. Por isso mesmo, a degradação cada vez maior da vida humana, em todos os aspectos, é uma consequência inevitável da reprodução do capital.

Miséria, pobreza, fome, desnutrição, subnutrição e todo o cortejo de horrores – gerado pela falta de acesso (em quantidade e qualidade adequadas) aos bens materiais necessários à manutenção de uma vida digna – acompanham essa situação. Populações inteiras são submetidas às condições de vida mais degradantes e praticamente descartadas como supérfluas, pois o capital não pode incluí-las no seu processo de reprodução. Milhões de pessoas são obrigadas a viver em condições subumanas porque

não têm acesso ou têm um acesso precaríssimo à alimentação, à saúde, à habitação, ao vestuário, ao saneamento, ao transporte, etc. Outros milhões de pessoas se deslocam de regiões e países mais pobres para outros lugares onde se concentram melhores possibilidades de ganhos e de vida, com todas as conseqüências – econômicas, sociais, políticas e ideológicas – que esse deslocamento traz consigo.

Em oposição a esses milhões de pessoas, encontramos uma minoria que concentra em suas mãos uma quantidade cada vez maior de riqueza, que esbanja em luxos e superfluidades desmedidas, que se cerca de muralhas de segurança sempre maiores, que faz belos gestos e belos discursos, mas que não pode, porque não depende de boas intenções nem de “vontade política”, eliminar esse fosso progressivo entre a minoria, rica e parasita, e a maioria, pobre, – que produz a riqueza.

Ora, como vimos acima, nada disso seria necessário, pois não é por falta de capacidade de produzir riqueza que a maioria da humanidade se encontra nessa situação precária. Por incrível que pareça, é exatamente pelo fato de essa capacidade ter sido elevada a um grau extraordinariamente alto que a humanidade se vê mergulhada nessa contradição. E por que isso? Porque, ao contrário do que pensam aqueles que tomam como base o processo de circulação e de distribuição das mercadorias, a questão decisiva está no momento da produção. Na forma concreta da organização da produção já está assinalado o acesso que cada um terá à riqueza. E, no sistema capitalista, a riqueza é produzida sob a forma da propriedade privada, vale dizer, ela é produzida pela grande maioria, mas é apropriada por uma minoria cujo objetivo fundamental é – um imperativo imposto pela lógica do capital – obter lucros e não atender as necessidades humanas. Essa lógica perversa leva, necessariamente, à concentração da riqueza em poucas mãos quando não à malversação e à destruição do que é produzido já que, por causa da necessidade da manutenção da taxa de lucro, ela não pode ser revertida em favor de toda a população.

No âmbito mais específico do trabalho, essa crise atual do capital leva a uma crescente diminuição do trabalho formal, por causa da introdução de novas tecnologias e da nova organização da produção. O resultado disso é o aumento do desemprego e, com isso, também o aumento do trabalho informal. Cresce também a precarização do trabalho, com a erosão de direitos trabalhistas adquiridos ao longo de muitas lutas. Agregue-se a isso, ainda, o retorno de formas primitivas de trabalho, incluindo até formas escravistas. E, vale lembrar, ainda, o que tudo isso significa em termos de impossibilidade de acesso à riqueza material e, portanto, do atendimento das necessidades básicas, para se ter um quadro muitíssimo problemático.

Aqui manifesta-se o que há de mais desumano nessa forma de sociabilidade. Trata-se do fato de que é o próprio produtor da riqueza que vê interdito o seu acesso a ela. Como Marx mostrou muito bem nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, em *O Capital* e em outras obras, nesse próprio ato do trabalho, que é a “atividade vital humana” e que é o fundamento ontológico da autoconstrução do ser humano, o trabalhador vê-se expropriado da sua humanidade. E essa expropriação se dá em três momentos: antes do ato da produção, quando o trabalhador vê a sua formação humana estar voltada para um trabalho alienado; durante o ato da produção, quando suas forças físicas e espirituais – a sua humanidade – são transformadas em mercadorias; e após o trabalho, quando se vê transformado em mero e precário consumidor e não se pode reconhecer no resultado da sua atividade. Ao longo de todo esse ato fundamental da existência humana revela-se o fato de que o produtor não é o seu verdadeiro sujeito, ou seja, que não é ele que tem o controle – livre, consciente e coletivo – desse processo. De modo que, enquanto se mantiver essa forma de produção, fundamento da sociabilidade

capitalista, a desumanização, material e espiritual, tenderá a se tornar cada vez mais intensa.

Se isso é válido para o capitalismo em geral, muito mais o é na presente situação que, pela existência de uma enorme capacidade de produção, poderia proporcionar a todos uma vida humanamente digna. No entanto, o produtor da riqueza vê-se tratado como uma simples ferramenta, sem maiores considerações para com as suas outras qualidades humanas e que pode ser descartado quando já não tiver utilidade.

No entanto, diante da produção sempre mais ampla e profunda da desigualdade social e na impossibilidade de atacar as suas raízes, o capital vê-se na necessidade, através do Estado e/ou de inúmeras instituições não diretamente governamentais, de organizar algumas ações de assistência a essa massa de desvalidos. Daí a estruturação das chamadas políticas sociais, dos programas sociais, todos eles voltados não para a erradicação das desigualdades sociais, mas apenas para minimizar os efeitos mais graves da crise do capital. No mesmo patamar estão as chamadas ajudas humanitárias em casos de guerras ou desastres ecológicos. Não se trata nunca de enfrentar os problemas até as suas causas mais profundas, mas apenas de amenizar as situações mais gravosas de modo a impedir o desastre total do sistema.

Vale, porém, lembrar que não são apenas os excluídos do trabalho formal que sofrem as conseqüências danosas dessa crise. Também aqueles que ainda conseguem algum posto de trabalho protegido pela legislação se vêem submetidos a uma crescente intensificação da exploração. Tanto pela permanente possibilidade de perder esse emprego como pela chamada flexibilização das leis trabalhistas, que nada mais é do que a criação de facilidades para o processo de acumulação de capital. Além disso, também porque todas as mudanças nas formas da produção (produção flexível, controle de qualidade pelos próprios trabalhadores, participação dos trabalhadores em certas decisões e inúmeras outras alterações no ambiente de trabalho) não visam a melhorar a vida do trabalhador, mas sim a transferir para os ombros dele grande parte das tarefas de controle que antes eram executadas por prepostos diretos do capital e, ao fim e ao cabo, a leva-lo a aumentar os lucros dos capitalistas. O resultado disso é uma intensificação da produtividade, sem que isso signifique a melhoria igual dos salários e das condições de vida dos trabalhadores, o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores e outras conseqüências que veremos mais adiante.

Como resultado dessas transformações no mundo da produção, a natureza da própria classe trabalhadora e a sua luta contra a exploração sofreram enormes conseqüências. Certamente, a classe trabalhadora nunca foi uma classe homogênea. Sempre houve diferenciações entre os diversos setores que a compunham. Contudo, não há como negar que havia um grau de unidade e de identidade maior entre todos os que compunham essa classe até o advento dessa última reestruturação produtiva. A partir dessa reestruturação, deu-se uma intensa fragmentação no interior da classe trabalhadora com a extinção de determinados segmentos e o surgimento de outros, além do aparecimento da enorme massa de trabalhadores desempregados, terceirizados e precarizados.

Deste modo, no próprio seio da classe trabalhadora se acirrou a competição entre os empregados e os desempregados, entre aqueles que detêm um emprego formal e os informalizados, entre aqueles do setor público – protegidos por um grau maior de estabilidade – e aqueles do setor privado – sujeitos a uma enorme instabilidade. E, além disso, ainda existe a competição entre os trabalhadores dos países centrais e os dos países periféricos, pois, no interior do sistema capitalista, a manutenção do padrão de vida elevado dos primeiros depende da continuidade da intensa exploração dos segundos.

Essa enorme fragmentação e competição no interior da classe trabalhadora dificulta sobremaneira sua luta contra a exploração e pela construção de uma forma de sociabilidade para além do capital, levando os diversos segmentos a lutar apenas pela obtenção de melhorias parciais e precárias.

Ao lado disso e articulado com isso, temos toda sorte de violência, desde a mais explícita e brutal, como as guerras constantes (e a conseqüente produção, venda e tráfico de armas), com todo o seu cortejo de horrores, os massacres, os roubos, os assaltos, os seqüestros, as mais variadas formas de violência contra as mulheres, as crianças, as minorias, até as mais sutis e ocultas como a corrupção, a malversação dos bens públicos e a prevalência dos interesses privados sobre os interesses públicos. Aqui aparece um exemplo da completa subversão dos valores produzida por essa crise. Trata-se da enorme diferença de valor atribuída a seres humanos de classes e países diferentes. A morte de 3.000 cidadãos norte-americanos teve uma importância infinitamente maior do que o massacre de 800.000 hutus – africanos.

Vale ressaltar que não é só a guerra que é implementada, mas todo um clima de guerra (não é preciso lembrar a produção de armas cada vez mais sofisticadas e a ameaça constante que impende sobre a humanidade por causa da existência e proliferação de armas nucleares). Isso é necessário para as potências capitalistas hegemônicas tanto para manter em pleno funcionamento o enorme complexo militar-industrial (com uma função importantíssima na recomposição da taxa de lucro), como para tentar impor, pela força, a dominação sobre todos os países do mundo.

Aqui é preciso fazer uma consideração importante. Tende-se a considerar a violência como um defeito da sociedade que resultaria, em última análise, de uma natureza humana potencialmente violenta. Sem entrar no mérito dessa questão da natureza humana e sem querer, porque seria esquecer as inúmeras mediações, atribuir todo tipo de violência diretamente ao sistema capitalista, é preciso que se diga que esta é uma forma de sociabilidade que tem a violência na sua própria raiz. E que esta forma de violência, ao contrário de muitas outras, não só é socialmente legitimada, como nem é tida por algo violento. Pelo contrário, é considerada como o próprio fundamento natural e positivo dessa sociedade. Trata-se do ato fundante dessa sociedade: a compra-e-venda de força de trabalho, gerador da propriedade privada de tipo capitalista. Esse é um ato que, por sua própria natureza, implica a submissão violenta – embora “livremente” aceita – do trabalho ao capital. Somente na aparência este é um ato livre. Afinal, o trabalhador tem que submeter-se a ser explorado sob pena de perder a vida. Este ato violento gera, necessariamente, uma sociedade permeada pela violência, nas suas formas mais diversas. Dele derivam a oposição dos homens entre si, o individualismo, a competição e a guerra de todos contra todos. Todas as outras formas de violência, ainda que não oriundas diretamente desse ato fundamental, se vêem marcadas, potencializadas e ampliadas por ele.

Mas, não são apenas as populações dos países periféricos que se vêem submetidas a uma vida degradante. O mesmo acontece, de forma diferente, também com os trabalhadores dos países centrais. O fato de estes terem mais acesso a um conjunto de bens pode obscurecer a enorme exploração a que são submetidos. Como se sabe, o que mede o grau de exploração não é a sua forma imediata (seu caráter mais brutal e degradante), mas a relação entre o trabalho necessário para produzir determinada coisa e a parte do trabalho que não é paga. Quanto maior a distância entre esses dois pólos, maior será a exploração. Mas, além disso, e como conseqüência direta da crise atual do capital, mesmo naqueles países tem sido constatado o aumento do número de pobres e desassistidos de todo gênero (sem-teto, sem-emprego ou subempregados, sem-segurança social, além do enorme aumento da criminalidade).

Porém, não é apenas no âmbito das necessidades materiais que se manifesta a intensa crise atual do capital. Como não podia deixar de ser, também as atividades espirituais – filosofia, ciência, educação, arte, comunicação, religião, valores, comportamentos e relações sociais – são profundamente atingidas por ela.

Cada uma dessas áreas tem suas manifestações específicas, mas algumas expressões são de caráter mais geral.

Entre essas expressões está, em primeiro lugar, a crescente mercantilização de todas essas atividades. Sabemos que é da natureza do capitalismo transformar o próprio trabalhador, o produtor da riqueza, em mercadoria. E certamente o objetivo fundamental do capitalismo sempre foi gerar lucro através da venda de mercadorias. Isto é da sua natureza mais íntima. Porém, durante muito tempo esse objetivo pode ser atingido predominantemente pela venda de mercadorias de caráter material. Essas outras atividades – cada uma de modo particular – tinham um espaço mais amplo onde a criatividade humana não orientada para o lucro podia se manifestar mais livremente.

É característico dessa crise que até essas atividades tenham sido profundamente subsumidas à lógica da mercadoria. É a necessidade da recomposição da taxa de lucro que faz com que o capital não hesite em transformar todas essas atividades mais tipicamente humanas em mercadorias. Não é preciso dizer que isto tende a deformar profundamente a especificidade própria dessas atividades, rebaixando e descaracterizando o seu sentido mais genuíno.

Exemplos disso poderiam ser vistos à larga no âmbito das atividades artísticas (música, literatura, artes plásticas, cinema, arquitetura). Não só pelo rebaixamento do seu conteúdo, já que o critério fundamental é a vendabilidade e não a sua efetiva excelência artística, como também pelo excessivo acento na forma, maneira pela qual se escamoteia um tratamento mais consistente e aprofundado dos problemas. Um exemplo típico disso é a avaliação que se faz dos filmes: não se pergunta se um filme é bom ou ruim, mas quantos milhões de dólares ele custou e faturou. Esse é o sinal da qualidade dele. O mesmo acontece com a música, a literatura e outras expressões artísticas. Nem é preciso fazer referência ao que predomina, hoje, em termos de cinema, de música e de literatura. Em determinação recíproca, o gosto “artístico” das pessoas também vai sendo configurado de modo a conferir um alto valor a essas produções de nível precário.

Os efeitos perversos dessa crise também se manifestam no âmbito do conhecimento, especialmente das ciências sociais e da filosofia.

Em termos de filosofia, nenhuma corrente atual, exceto aquela que tem em Marx o seu fundador (e mesmo no interior desta, nem todas as suas expressões) pensa o mundo até o fim, isto é, até a categoria do trabalho como solo ontológico fundante do mundo social. Consequentemente, nenhuma delas aponta o problema da exploração do homem pelo homem, cuja matriz está no trabalho abstrato, como o obstáculo fundamental para a construção de uma autêntica individualidade e de uma autêntica comunidade humanas. O caráter especulativo de todas essas correntes se manifesta no fato, já denunciado por Marx, de que esses filósofos ainda continuam apenas interpretando o mundo de maneiras diferentes, mas não têm a preocupação de transformá-lo radicalmente (isto é, até a sua raiz). Ao contrário, sua preocupação central é com a reforma, a melhoria, o aperfeiçoamento desta ordem social, na suposição de que este é o único caminho positivo possível. É essa falta de radicalidade que faz com que essas correntes se distanciem cada vez mais da realidade concreta. Perdido ou rejeitado o solo matrizador da totalidade social (inclusive da própria razão), que é o trabalho, a razão se torna autônoma e se perde cada vez mais no labirinto do seu auto-movimento, supondo que a realidade deveria moldar-se de acordo com as suas (da razão) prescrições.

De modo especial, no campo da ética amplia-se cada vez mais o fosso entre o dever-ser e o ser. Isto é, entre uma realidade objetiva que se torna a cada dia mais desumanizadora e o discurso ético que proclama valores humanistas. Nunca, como hoje, se falou tanto em solidariedade, direitos humanos, honestidade, respeito à vida e à pessoa humana. Sente-se, no entanto, que há uma generalizada confusão na área dos valores. Em todas as áreas da vida social, valores que antes eram considerados sólidos e estáveis sofreram profundas mudanças. Parece que, de uma hora para outra, desapareceram os critérios do que é bom ou mau, correto ou incorreto e que a sociedade se transformou num vale-tudo onde predominam o individualismo, o interesse imediatista e utilitário, a subsunção do interesse público ao interesse particular, chegando, muitas vezes, ao cinismo mais deslavado.

Por sua vez, a cientificidade atual (no âmbito social) tem assumido um caráter cada vez mais manipulatório. Vale dizer, ela tem se manifestado cada vez mais incapaz de compreender a realidade como uma totalidade articulada em processo e de ir até a raiz dos fenômenos sociais. Tendo nascido sob o signo da fragmentação e da empiricidade, viu essas características se tornarem cada vez mais intensificadas. Essa intensificação, por sua vez, é resultado do fato de que o aprofundamento da crise do capital confere à realidade social um caráter cada vez mais fragmentado e fetichizado. Daí a crescente desconfiança na capacidade da razão de compreender a realidade social como uma totalidade, o que dá margem à intensificação do irracionalismo e da fragmentação do conhecimento.

O abandono de categorias fundamentais para a compreensão da realidade social, como classes, luta de classes, revolução, socialismo, comunismo, alienação e até capitalismo, mostra bem a distância que se estabeleceu entre a cientificidade social dominante na atualidade e o processo social real. Expressão clara disso é o fato de que praticamente nenhum dos cientistas sociais tidos, hoje, como mais importantes – economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, psicólogos, teóricos da educação – se refere à superação do capitalismo, mas apenas ao seu aperfeiçoamento.

Uma segunda manifestação é a da efemeridade. Esta, por sua vez, está muito ligada à superficialidade, à banalização, ao modismo e à massificação. De novo, é a crise do capital que se manifesta aqui. A brutal concorrência entre os capitais faz com que as mercadorias tenham que girar cada vez mais rapidamente para gerar lucro. Isso resulta naquilo que Mészáros chamou de “produção destrutiva”, ou seja, um tipo de produto que precisa se tornar obsoleto de modo cada vez mais rápido e assim dar lugar a outro.

Ora, na medida em que os produtos espirituais são transformados em mercadorias, eles também são submetidos a essa lógica da obsolescência. Também devem ser rapidamente consumidos e rapidamente descartados, pois a sua finalidade também passa a ser gerar lucro. A todo momento estão sendo lançados no mercado novos produtos, novas fórmulas, novos métodos, novas soluções, que rapidamente devem ser descartados, porque o importante não é a sua real qualidade (medida em função de uma vida digna), mas a sua “novidade”, uma vez que é isso que os torna vendáveis. Mas, para que isso aconteça, eles são obrigados a ser superficiais e, portanto, a terem vida curta, pois a densidade, a profundidade e a durabilidade são qualidades que exigem maturação, o que implica um tempo maior de elaboração.

Por paradoxal que pareça, essa enorme efemeridade vai de par, por sua vez, com a sua sensação oposta, que é a perenidade. Tudo muda, mas, ao mesmo tempo, nada do que é essencial muda. De um lado, os fenômenos imediatos, em todas as dimensões da vida, parecem indicar que nada existe de estável. De outro lado, esse sistema social parece ter atingido um patamar absolutamente insuperável. A sempre

proclamada vitória do capitalismo sobre o socialismo – uma forma de sociabilidade que, de fato, nunca existiu – é exatamente a expressão desse modo de pensar. O capitalismo se tornou invencível.

Há, ainda, uma outra expressão muito em evidência, hoje e que também é resultado dessa crise atual do capital. Trata-se do desmesurado aumento do misticismo, do esoterismo, da religiosidade mais primária, do fundamentalismo religioso e do salvacionismo. O modo de pensar iluminista imaginava que quanto mais avançassem a ciência e a tecnologia, mais retrocederiam a ignorância e a superstição. Sem entrar no mérito dessa problemática, o que se pode constatar é que, no mundo atual, está acontecendo exatamente o contrário. O avanço da ciência e da tecnologia está sendo acompanhado de igual aumento da ignorância e de toda sorte de superstições.

Isso é facilmente compreensível quando se entende a crise atual do capital. Todas essas manifestações, a seu modo e com suas circunstâncias particulares, são o resultado de um mundo (terreno, real, efetivo) que perdeu todo o sentido humano, um mundo no qual se acumulam problemas que se tornam a cada dia mais graves e aparentemente sem solução. Frente a esse mundo, que se tornou todo-poderoso e avassalador, o indivíduo, desconhecendo a lógica que levou a esse resultado, ignorando que ele é produto de uma específica atividade dos próprios homens, sente-se impotente (para compreender e para intervir e mudar) e desvalido. Sua reação é buscar soluções para além desse mundo, em poderes fora da realidade humana ou natural. Enfim, fora desse mundo.

Uma clara demonstração disso é o fato de que o misticismo, o esoterismo e o fundamentalismo religioso não vicejam apenas nos países atrasados, mas também no país considerado o mais desenvolvido que são os Estados Unidos da América do Norte. Isto não é por acaso. Pois é exatamente lá que a crise do capital tem a sua expressão mais concentrada. E é lá também onde os valores tradicionais estão sendo diariamente subvertidos; lá também onde os indivíduos se sentem impotentes diante dos crescentes e avassaladores problemas; lá também onde a vida se resume à competição brutal pela posse de bens materiais. Talvez seja lá onde se possa dizer que se encontram, como duas faces da mesma moeda, o materialismo mais grosseiro (no sentido da busca por bens materiais) e a religiosidade mais acentuada e primária.

Deste modo, poderíamos dizer, parafraseando o que afirmou Marx acerca da religião, que todos esses misticismos, esoterismos, fundamentalismos, salvacionismos são, ao mesmo tempo, expressão e protesto contra esse mundo que perdeu o sentido genuinamente humano. Por um lado, são expressões porque manifestam a real situação em que vive o ser humano desde a sua origem. Mas, especialmente hoje porque são o resultado de uma forma particular de relações sociais marcadas por uma brutal e inteiramente desnecessária – já que existe a possibilidade de uma produção abundante – exploração do homem pelo homem. Por outro lado, são um protesto porque, mesmo que de modo inconsciente, expressam o reconhecimento de que esta é uma situação desumana e exige algum tipo de solução.

Uma outra consequência importante e geral dessa crise do capital é o individualismo exacerbado. Sabemos que o capitalismo tem o indivíduo e os seus interesses como eixo ao redor do qual tudo gira.

Ninguém melhor do que um liberal, Hobbes, definiu essa situação de regência do indivíduo nesse sistema social, ao cunhar a célebre expressão: o homem é o lobo do homem. Mas, quando Hobbes fez aquela afirmação, o mundo ainda estava numa situação de carência. Ainda não tinha capacidade de produzir riqueza suficiente para todos. Hoje, como já vimos, há uma situação de possível abundância. O que aguça, então, a luta de todos contra todos, o individualismo levado às últimas consequências, é

a crise do capital e a conseqüente guerra de todos contra todos na disputa pela riqueza. O fracasso das tentativas de mudar o mundo através de esforços coletivos, centrado nas revoluções que se pretendiam socialistas, agravou enormemente essa convicção individualista. Como já não se visualizam soluções coletivas, é levada ao paroxismo a idéia de que a solução dos problemas é individual, de que o sucesso ou fracasso na vida dependem dos próprios indivíduos, considerados isoladamente.

A falência dos valores tradicionais que, de alguma forma, faziam uma referência maior ao aspecto comunitário, deve-se exatamente a essa exacerbação daquilo que é a própria essência do capitalismo: a concorrência. Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por um suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica da reprodução do capital, que se espraia por toda a vida cotidiana. Daí porque a preocupação com o bem comum, a solidariedade, um agir eticamente orientado são, no mais das vezes, um discurso vazio ou apenas expressões pontuais e superficiais que não podem transformar-se, de modo permanente e profundo, em vida cotidiana. Do mesmo modo, a ação coletiva para a solução dos problemas sociais se vê tremendamente dificultada por um mundo onde a lei maior é a lei do “salve-se quem puder”.

E, por último, podemos ainda fazer referência aos gravíssimos problemas que afetam a relação do homem com a natureza. Apenas para referir: poluição da atmosfera, de rios e lagos, destruição de ecossistemas e da camada de ozônio, aquecimento global e milhares de outros. Como resultado do uso indiscriminado, predatório, anárquico e agressivo – típico do capitalismo – está em risco a própria existência de todas as formas de vida. Não obstante esforços e boas intenções, a lógica do capital é, por sua natureza – anárquica e concorrencial – predatória e destrutiva. E é essa lógica, levada ao extremo pela crise atual, que impede uma relação harmônica do ser humano com a natureza.

Eis aí algumas das principais expressões sócio-culturais que marcam a crise da sociabilidade capitalista atual.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
GOUNET, Th. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.
MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
_____, *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.
MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
_____, *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
TONET, I. Ética e capitalismo. In: *Presença Ética*. Recife, n. 2, 2002.
_____, *Sobre o socialismo*. Curitiba: HDLivros, 2002.